

DOSSIÊ: PERSPECTIVAS QUEER NOS ESTUDOS DA LINGUAGEM

**MODOS QUEER DE PESQUISAR E A QUESTÃO RACIAL: CONJUGANDO
EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS, INTERSECCIONALIDADE E
DECOLONIALIDADE**

*(Queer modes of researching and race matters:
intertwining feminist epistemologies, intersectionality and decoloniality)*

Thais Regina Santos Borges ¹
(PUC-Rio)

Recebido em: novembro de 2020
Aceito em: dezembro de 2020
DOI: 10.26512/les.v21i2.35198

¹ Thais Regina Santos Borges é doutoranda CNPq no Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio, onde defendeu sua dissertação de mestrado em 2017, após cursar como bolsista CAPES. Especialista em Língua Inglesa pela mesma instituição, trabalha como professora de inglês como língua estrangeira e tem experiência como pesquisadora em Linguística Aplicada Crítica, com foco em epistemologias feministas, interseccionalidade, decolonialidade, branquitude, afeto e performatividade discursiva. E-mail: thaisrsborges@gmail.com.

RESUMO

O objetivo deste ensaio é pensar a produção de conhecimento engajada com princípios de justiça social, ao se ocupar de fenômenos sociais em que a linguagem enquanto sociossemiose tem um papel fundamental. Nesse contexto, procuro refletir sobre o fazer acadêmico queer em um paradigma interseccional e decolonial, necessariamente contra-hegemônico, feminista e antirracista, que centraliza a formulação de entendimentos acerca da relação micro/macro, em processos que fomentem o sentir crítico na pesquisa como locus de reflexividade crítica, no contexto da academia como espaço institucional da branquitude.

Palavras-chave: *queer, interseccionalidade, decolonialidade, epistemologias feministas, branquitude*

ABSTRACT

The objective of this essay is to think about the production of knowledge engaged with principles of social justice by dealing with social phenomena in which language as a sociosemiosis plays a fundamental role. In this context, I try to reflect on the queer academic production as necessarily counter-hegemonic, feminist and antiracist, guided by an intersectional and decolonial paradigm that centralizes the formulation of understandings about micro/macro relationships in processes that foster critical feeling in research as a locus of critical reflexivity, in the context of the academy as an institutional space of whiteness.

Keywords: *queer research, intersectionality, decoloniality, feminist epistemologies, whiteness*

RESUMEN

El objetivo de este ensayo es pensar en la producción de conocimientos comprometidos con los principios de justicia social, cuando se trata de fenómenos sociales en los que el lenguaje como socio-semiótica juega un papel fundamental. En este contexto, busco reflexionar sobre el hacer académico que se encuentra en un paradigma interseccional y descolonial, necesariamente contrahegemónico, feminista y antirracista, que centraliza la formulación de entendimientos sobre la relación micro/macro, en procesos que fomentan el sentimiento de criticidad en la investigación como un locus de reflexividad crítica, en el contexto del mundo académico como un espacio institucional de blancura.

Palabras clave: *queer, interseccionalidad, decolonialidad, epistemologías feministas, blancura,*

1. REFLEXÕES PRIMEIRAS: POR UM SENTIR CRÍTICO NO FAZER ACADÊMICO QUEER

A vida acontece no micro. Ao focar naquilo que acontece à altura dos olhos podemos entender sobre a vida humana e todas as suas nuances, papel central dos mais variados estudos das ciências sociais e dos estudos da linguagem, sobretudo aqueles marcados pela virada performativa e a centralização da linguagem, na esteira da Teoria *Queer* (BORBA, 2014). A premissa dessa afirmativa é que mesmo fenômenos sociais mais amplos, característicos de nossas conjunturas, são perpetuados, mas também desafiados, contestados e modificados em nossas interações cotidianas. Se as humanidades estão concernidas com as relações sociais, é preciso lembrar sempre que é pelo que somos no mundo e com o mundo – nosso eu-social e nossas interações com o outro (FREIRE, 1995), que os fenômenos sociais se desenham, conformando nossas realidades como superfícies de contato entre esses mundos, afetivamente construídos na materialidade discursiva e sociossemiótica configurada em e pela linguagem. Nesse contexto, é interacional e dialogicamente que atualizamos enunciados, no momento da enunciação, para usar o termo bakhtiniano, em performances que

desencadeiam e precipitam o processo de repetição que conforma nossas realidades múltiplas, na performatividade da iterabilidade citacional daquilo que dizemos-fazemos (BUTLER, 1988, 1990, 1993, 1997, 2004, 2014).

Diante dessa situação, qualquer empreitada epistemológica deve ser lida como um tempo-espaco de co-construção de significados, em que também nos ocupamos em fazer sentido no mundo e com o mundo. Nós, analistas do discurso, não atuamos fora da esfera da vida. Nós somos parte integrante do mundo social e isso significa dizer que os repertórios culturais, sociais e ideológicos que constituem e são constituídos em nossas práticas cotidianas – identitárias, sociais e discursivas – a partir de nossas diversas caminhadas (quem somos no mundo) alimentarão nossas capacidades de troca e de produção de conhecimento ao interagir com os outros (quando somos com o mundo). Portanto, somos parte constitutiva da realidade social que investigamos, construindo significados por meio de nossas performances discursivo-afetivas interacionais. Absorver isso como parte inerente do processo de pesquisa é peça-chave para entendermos a importância de um escrutínio de nossas próprias práticas investigativas, nos voltando para processos de letramento crítico e explicitando nossos posicionamentos enquanto sujeitos sociais cujos limites de leitura de mundo são dados pelos contingenciamentos comuns a qualquer processo sociosemiótico de construção de significado. Isso significa compreender os limites da parcialidade de nossas análises e nossa consequente incapacidade de apresentar leituras totalizantes para aquilo que nos cerca, sem que isso represente desespero ou imobilidade. Ao contrário, é nesse cenário semovente que podemos co-construir leituras de mundo complementares, muitas vezes paradoxais, mas que se somam em um amálgama de entendimentos multidimensionais que virão a dar conta de fato da complexidade e do caráter relacional dos fenômenos sociais configurados em e pela linguagem.

Na esteira desse pensamento, trabalhar com saberes localizados (HARAWAY, 1988), conforme preconizado pelas epistemologias feministas (ALCOFF; HARDING, 1993), nos permite lidar com essa multidimensionalidade sem incorrer no erro da generalização leviana ou da pretensa leitura *de cima*. Esse *olhar de deus*, como sabemos, nada mais é do que o olhar acadêmico branco-hétero-cristão-capitalista, que tanto limita nossa compreensão de mundo ao circunscrever realidades múltiplas à uma realidade *humana* única, estável e sólida, que na prática não se sustenta para além da particularidade de origem, como já bem marcado também pelas epistemologias do sul (SOUSA SANTOS; MENESES et al, 2010). Pensando por esse lado, a discussão sobre quem pode ou não falar e ser ouvido/a perante à academia (KILOMBA, 2013) se torna pertinente e a questão racial se torna preponderante na produção de significados marcada pela branquitude heteronormativa neoliberal que compõe a academia enquanto instituição. Mais ainda, ao lidar com parâmetros acadêmicos, é preciso que sigamos atentas, atentos e atentes para que a institucionalização das lutas contra-hegemônicas

pela própria academia (seja pela fulanização, a nomeação ou a apropriação de epistemologias classificadas como não-acadêmicas, seja por seu silenciamento) não nos impeça de priorizar o viés verdadeiramente transformador das pesquisas que se pretendem críticas.

Nesse contexto, entende-se que a mirada *queer* é motivada pela desestabilização do hegemônico como uma forma de perturbação do *status quo* em nome da subversão de parâmetros que se mostram opressores em diferentes esferas da vida humana. Assim, a defesa de uma Linguística Aplicada *queerificada* significa priorizar modos de ser, estar, agir e sentir no mundo e com o mundo (BORGES, 2017a) não só na escolha do fenômeno pesquisado ou da perspectiva que apresentamos, mas também em relação às nossas práticas enquanto pesquisadores/os/as. A *queerificação* do campo deve seguir a vocação *indisciplinar*, anti-hegemônica, mestiça, híbrida, ideológica, transgressiva da Linguística Aplicada Contemporânea e Crítica, (MOITA LOPES et al, 2006, 2013, PENNYCOOK, 2001, 2004), buscando compreender que uma postura *queer* deve abraçar o imbricamento de perspectivas amplamente desestabilizadoras, como as sugeridas aqui: as epistemologias feministas (ALCOFF; POTTER, 1993, DAVIS, 2016, LYKKE, 2010), a interseccionalidade como prática investigativa e práxis (BAIROS, 1995, COLLINS, 1990, COLLINS; BILGE, 2016, GONZALEZ, 1984) e a decolonialidade de poder/ser/saber (ALCOFF, 2008, CURIEL, 2017, WALSH, 2009). Desse modo, junto aos questionamentos acerca de gênero e de sexualidade, centrais aos estudos *queer*, outros marcadores sociais da diferença são acionados, em especial a raça, devido a centralidade do racismo estrutural nas relações sociais (ALMEIDA, 2018). Além disso, importa também o enfoque na desestabilização da própria produção de saberes, com um olhar atento para a agentividade contingenciada da iterabilidade citacional que se dá interacionalmente na pesquisa em si como um sítio de reflexividade e criticidade em e pela linguagem, em performances discursivas e afetivas. Assim, *queerificamos* análises, pesquisas, campos inteiros, estruturas, tudo aquilo que se pretende sólido, fórmula, método, termo, quando estudamos todo e qualquer fenômeno observável na materialidade discursiva e linguística.

Do ponto de vista epistemológico, não adianta ter como foco da pesquisa uma vontade *queer* que não se traduza em um fazer *queer*. Isto é, a intenção de trazer para os estudos da linguagem um olhar sobre como as diferentes semioses constituem os sentidos que promovem a abjeção ou a potência dos corpos ditos *marginalizados*, sobretudo por interpelação de normatividades de gênero social e sexualidade, mas não somente, de nada vale se no fim das contas o máximo que se converte em termos de investigação é um foco em um “objeto” *queer*. Isso porque não há nada de *queer* em estudar sujeitos a partir da mera reprodução de posturas, de teorias e de metodologias que mantêm a produção do saber dentro da caixinha moderno-colonial-capitalista (CURIEL, 2017) da *produção de conhecimento*, circunscrita em leituras canônicas, únicas, diretas, supostamente estáveis. Se as

estruturas macro que almejamos subverter em nossa luta contra-hegemônica são disputadas no micro, o ato de pesquisar também deve ser palco de atuação, uma vez entendida a pesquisa assim, como performativa, como processo, e não como substância eternizada e paralisada no registro escrito de algumas palavras institucionalizadas. Fato é que a subversão que almejamos para o mundo deve valer para todas as instâncias da vida social, inclusive o fazer científico. E é por meio de abordagens que levem em consideração os sujeitos sociais em interação nesse processo, e que sejam ao mesmo tempo cientes e desafiadoras de suas limitações, que devemos conduzir nossas investigações sempre eticamente comprometidas com as lutas por justiça social com as quais *queermente* nos identificamos. Nesse contexto, uma postura (auto)crítica e (auto)reflexiva do/a/e analista, que foque em processos constantes de (multi)letramentos críticos e de desaprendizagem (FABRICIO, 2006), é crucial. Para tal, é importante migrar da visão colonial que centraliza o pensamento crítico e a ação política crítica como esferas separadas entre si e do afeto para um enfoque no “sentir crítico” (BORGES, 2017b), por meio do qual moldamos nossos modos de ser, estar, agir e sentir no mundo e com o mundo (BORGES, 2017a).

Sempre no contexto da busca por justiça social, o conceito de *sentir crítico* pode ser descrito como “um devir de sensibilidade” (BORGES, 2017b, p.9) que nos move para além do pensar/agir criticamente e promove respostas afetivo-reflexivas à diferença, de modo a combater o preconceito e a discriminação. Ao focar no *sentir crítico*, que pressupõe um horizonte de pensar/agir/sentir contra a injustiça e a opressão, focamos naquilo que faz as pessoas se moverem em direção a relações de equidade em diversos campos da vida social. Ao invés de tentar ensinar pessoas o que devem fazer ou pensar, idealmente devemos mobilizar sentidos socioafetivamente construídos de modo a fomentar processo de (auto)letramento crítico-emocional, vislumbrando que as próprias pessoas possam interpretar/sentir/lidar com a diferença no domínio da comunidade, em oposição à desigualdade. Isso nitidamente se dá a partir do momento em que o dissenso, o conflito e a desaprendizagem são sentidos/interpretados em processos de conscientização e escuta/leitura do outro como um mundo-outro (FREIRE, 1995) e, acima de tudo, quando nos ouvimos escutando esses mundos (MENEZES DE SOUZA, 2011), revendo nossas leituras e reposicionando nossas práticas sociais, discursivas e identitárias, na academia, inclusive. Interacionalmente, nos encontros da pesquisa que visam a transformação social, o fomento do *sentir crítico* (BORGES, 2017a, 2017b) enquanto processo e produto da empreitada acadêmica crítica pode auxiliar na mobilização contra-hegemônica e em comunidade no micro a fim de desestabilizar o macro, um pressuposto *queer*, também no domínio epistemológico.

Pensando especificamente na Linguística Aplicada Crítica (PENNYCOOK, 2001, 2004), em que a pesquisa é um processo crítico-reflexivo em si mesmo, necessariamente mediado por

performances discursivo-afetivas de construção da racionalidade posicionada a que se refere Donna Haraway (1988) pelo conceito de saberes localizados, por exemplo, a produção *queer* na área pode se beneficiar ao trabalhar em uma perspectiva multifocada, que leva em consideração as relações de poder do próprio fazer acadêmico. Nesse sentido, trago as epistemologias feministas, a interseccionalidade e a decolonialidade para conjugar modos *queer* de pesquisar que priorizem questões de gênero e performatividade de forma verdadeiramente subversiva e contra-hegemônica ao agregar um olhar racializado, como explico abaixo.

2. EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS, INTERSECCIONALIDADE E DECOLONIALIDADE: A QUESTÃO RACIAL E OS MODOS QUEER DE PESQUISAR EM LINGUÍSTICA APLICADA

Dentro da lógica inter/transdisciplinar da Linguística Aplicada *Indisciplinar* (MOITA LOPES et al, 2006, 2013) e *Crítica* (PENNYCOOK, 2001, 2004), visamos interpretar fenômenos sociais e culturais por meio de análises qualitativo-interpretativas, reconhecendo o aspecto constitutivo do discurso e sua centralidade nas lutas de poder (FOUCAULT, 1970, 1976, 1979), derivando e construindo significado pela observação das práticas sociais e discursivas por meio das quais interagimos no nosso cotidiano. Desse modo, os princípios fundamentais que norteiam o campo primam por sua vontade de “criar inteligibilidade sobre os problemas sociais em que a linguagem tem um papel central” (MOITA LOPES, 2006, p.14), de perceber a linguagem como semiose social (HALLIDAY, 1994) e de fazer estudos de linguagem com foco na linguagem em uso, em um horizonte de justiça social.

Nesse contexto, um ponto crucial diz respeito à análise. Deve ser nítido para linguistas aplicadas/os/es críticas/os/es que a ideologia, a cultura e outras contingências sociais são intrínsecas ao próprio processo de investigação, moldando ou influenciando o posicionamento e as interpretações de analistas. Portanto, as restrições sociais, culturais e ideológicas, bem como a inevitável necessidade de fazer escolhas e julgamentos, política e eticamente (HARAWAY, 1988), são vistas como uma realidade que deve ser enfrentada. E fazer *boa ciência* significa reconhecer essa necessidade (LYKKE, 2010). Ainda em linha com as epistemologias feministas, um forte compromisso com a ética e o respeito precisa ser evocado e percebido como pedra basilar de qualquer processo reflexivo de pesquisa na área (MILLER, 2013). Sem a intenção de fornecer uma análise objetiva dos fenômenos sociais e reconhecendo que “valores, política e conhecimento estão intrinsecamente conectados” (ALCOFF; POTTER, 1993, p.3), linguistas aplicadas/os/es críticas/os/es devem fornecer chaves interpretativas para ajudar na compreensão de questões mediadas pela linguagem enquanto sociossemiose, trabalhando com epistemologias construídas “sobre terreno mais novo, mais autoconsciente”, tais quais as feministas (ALCOFF; POTTER, 1993, p.3). Isso significa adotar uma

posição explícita sobre o olhar interpretativo que é apresentado ao longo da análise e seu ponto de vista, combatendo “o mito da ciência natural” em todo trabalho epistemológico (ALCOFF; POTTER, 1993, p.13).

Dizer que um trabalho é feito sob a luz das epistemologias feministas não significa “que é apenas para ou sobre ‘mulheres’, mas que é informado por ou consistente com o feminismo” e, assim, procura “desfazer a teia de opressões e redesenhar a teia da vida” dentro de “um conjunto de marcações que envolvem não só gênero, mas também raça, classe, sexualidade, cultura e idade” (ALCOFF; POTTER, 1993, p.3), entre outros. Estudiosas feministas preocupadas com questões filosóficas de como o conhecimento é produzido e validado insistem “no significado e na particularidade do contexto da teoria”, evitando “um relato que ignora o contexto social e o status dos saberes” (ALCOFF; POTTER 1993, p.1). Ao defender uma investigação que promova a boa ciência através da contestação da universalidade de um ser humano padrão, que permanece ideologicamente desmarcado mas que representa “Homem e Branco” (HARAWAY, 1988, p.581) e cisheteronormativo, acrescento, reforça-se a proposta de uma abordagem “ascendente” que expõe o “contexto da descoberta” a fim de evitar preconceitos transparentes, ao mesmo tempo em que se analisa uma multiplicidade de diferentes pontos de vista produzidos pelos sujeitos, em consonância com o princípio dos saberes localizados de Donna Haraway (1988).

Essa abordagem desafia a ideia de objetividade no sentido positivista e vê a “objetividade como racionalidade posicionada” (HARAWAY, 1988, p.590), afirmando que “é precisamente na política e na epistemologia das perspectivas parciais que reside a possibilidade de uma investigação sustentada, racional e objetiva” e rejeitando a neutralidade dos “truques de deus”, que não têm lugar na fundamentação do conhecimento exatamente porque fornecem uma “visão enganadora e irracional de cima, do nada, da simplicidade” (HARAWAY, 1988, p.589). A autora defende, então, “políticas e epistemologias de localização e posicionamento, onde a parcialidade, e não a universalidade, é a condição de ser ouvido/a/e para fazer reivindicações racionais de conhecimento” e que a pesquisa sempre engloba “a visão de um corpo, sempre um corpo complexo, contraditório, estruturante e estruturado” (HARAWAY, 1988, p.589). Dessa forma, marca-se o *standpoint* analítico (ALCOFF; POTTER, 1993, HARDING, 1993, hooks, 2003), que visa explicitar contextos ocultos (BLOMMAERT, 2008) da pesquisa em si ao colocar em primeiro plano o posicionamento e o estatuto do/a/e conhecedor/a/e. Assim, nos afastamos de uma “ciência sem sujeito”, ou seja, de “um relatório desencarnado de fatos sem valor e independentes do contexto”, que “empobrece a objetividade que a ciência poderia alcançar” quando aspectos que definitivamente influenciam a investigação são ignorados, como nos alertam Linda Alcoff e Elizabeth Potter (1993, p. 1). Seguindo essa linha, uma perspectiva posicionada baseada na consciência de gênero (GAL, 1995), sempre racializada, segue

como caminho para a conjugação dos estudos *queer* com a mirada interseccional e decolonial, em consonância com os princípios da Linguística Aplicada Crítica.

O que está em jogo quando clamamos pela identificação do sujeito social por trás de suas reivindicações é a valorização das experiências como locus de construção de saberes, entendidos como sempre localizados e sócio-historicamente situados. Vale observar ainda que identificar esses sujeitos não tem por objetivo *impedir certas pessoas de falar sobre certos assuntos, bloqueando o diálogo* a partir dessa identificação. Isso seria inverter diametralmente o valor hermenêutico e epistemológico da noção de saberes localizados (HARAWAY, 1988) para as epistemologias feministas (ALCOFF; HARDING, 1993). Essa inversão só faz sentido perante o ressentimento que uma suposta *interdição* causa a grupos hegemônicos, tradicionalmente desacostumados à escuta. Da forma como opera a branquitude no campo acadêmico, onde as nuances do pacto narcísico (BENTO, 2002) podem ser observadas de maneira tão óbvia mesmo nos campos que se pretendem subversivos, fica evidente que brancos/as/es, em geral, se vêem com autorização para falar de todo e qualquer assunto, mesmo que em detrimento de outras vozes serem escutadas, e se ressentem profundamente quando suas vozes são abafadas – mesmo que por uma boa razão. Falta, de fato, compreensão sobre que tipo de experiências somos, nós, brancos/as/es, capazes de falar com propriedade. Falar de racismo, por exemplo, uma urgência sempre, é uma obrigação nossa, uma vez que é, de fato, uma problemática branca, como diz Kilomba (2016). O que não é possível, até mesmo por uma limitação ontológica, é que falemos da experiência do racismo do ponto de vista do oprimido por motivos de: não somos. E essa dificuldade branca em aceitar a incapacidade de alcançar nuances das vivências raciais contra-hegemônicas é recorrente. Na academia, isso segue verificável no epistemicídio e do silenciamento de intelectuais negras/os/es (CARNEIRO, 2005), “forasteiros/as/es de dentro” (LORDE, 1984, COLLINS, 1990) que apresentam suas interpretações científicas sobre fenômenos sociais muitas vezes de forma mais contundente exatamente porque construídas a partir da *fronteira* ontológica (ANZALDÚA, 1987) do *ser/ não-ser* da alteridade presumida (CARNEIRO, 2005). No universo *queer*, infelizmente, isso não muda e seguimos com o predomínio de construções epistemológicas a partir da vivência branca, apesar do anseio por subversão desses estudos.

Nesse sentido, ainda que nas produções *queer* o pressuposto seja de um trabalho contra-hegemônico que advoga pela possibilidade de fala para além da norma, é preciso focar na escuta, em “ouvir” e “se ouvir escutando” (MENEZES DE SOUZA, 2011), atentando para nossos incômodos, estranhezas ou mesmo nossa familiaridade excessiva, para conseguirmos entender interseccionalmente onde o hegemônico aparece na academia, em processos de (auto)reflexão e de (auto)crítica ao longo do fazer acadêmico subversivo, cumprindo a vocação dos modos *queer* de pesquisar. Isso significa que não basta acionar um eixo de poder somente, sendo necessário

complexificar a análise, premissa da interseccionalidade como prática investigativa e práxis (COLLINS; BILGE, 2016). Assim, precisamos lembrar que o racismo enquanto sistema e tecnologia do necropoder moderno-colonial-capitalista (CURIEL, 2017, MBEMBE, 2018a, 2018b) estrutura as relações de poder que moldam a produção de saberes no cenário institucional acadêmico, o que torna absolutamente imprescindível racializar o olhar investigativo para entender que modos de ser, estar, agir e sentir no mundo e com o mundo (BORGES, 2017a) estão em jogo na interação da pesquisa, desestabilizando a pseudo-intelectualidade opressora da branquitude hegemônica por vezes secundarizada ou invisibilizada no processo de produção *queer*.

A interseccionalidade como epistemologia deriva do feminismo negro e das várias questões levantadas pelas mulheres negras e latinas sobre o sujeito do feminismo ao problematizar a necessidade de legitimar suas vozes e suas demandas em contraste com os ideais feministas de liberdade e emancipação que privilegiavam os anseios de corpos brancos de um dado estrato da sociedade (DAVIS, 1983, GONZALEZ, 1984, hooks, 1982, 1984, LORDE, 1984, MOHANTY, 1984). As reivindicações avançadas por essas mulheres não brancas levaram à sistematização de como a opressão opera na interseção de sistemas múltiplos de opressão (CRENSHAW, 1989, 1991, 2014), levando em conta a sobreposição de sistemas de poder indexados por raça, etnia, gênero, sexualidade e outros, ampliando a luta feminista por equidade e justiça social, seu principal objetivo (COLLINS, 2017). Como investigação e prática, a interseccionalidade dá conta de estudar as relações de poder assimétricas em diferentes eixos de opressão, que constroem nossas práticas e experiências identitárias, discursivas e sociais, concentrando-se em como a compreensão do imbricamento constitutivo de tais dinâmicas pode ajudar a alcançar um ideal de justiça social por meio de práticas de resistência, dentro e através da matriz de dominação e seus domínios de poder interpessoal, cultural, estrutural e disciplinar (COLLINS; BILGE, 2016). Nesse sentido, adotar essa perspectiva significa fazer um trabalho de pesquisa que seja ao mesmo tempo contra-hegemônico e disposto a gerar mudanças positivas no mundo, acolhendo o conhecimento acadêmico, de preferência em práticas de ativismo intelectual (COLLINS, 2013), bem como o conhecimento da comunidade, ambos como produção de saberes a serem igualmente respeitados.

Para ser interseccional, a investigação precisa respeitar a complexidade da empreitada sem se deixar levar pela institucionalização e o consequente embranquecimento heteronormativo neoliberal (COLLINS, 2017). De uma maneira geral, há alguns pontos nesse tipo de trabalho que são determinantes para a experiência do processo investigativo sinergicamente experienciado como práxis. Primeiramente, é preciso entender o caráter constitutivamente relacional dos “sistemas de opressão de raça, classe, gênero, sexualidade, idade, habilidade e status de cidadania” (COLLINS; BILGE, 2016, p.195). Ainda que enfatizemos mais um ou outro, ou excluamos alguns aspectos para

fins de análise, esses sistemas devem ser entendidos como operando de maneira indissociável uns dos outros, o que deveria ser evidente, mas ainda é fonte de muito equívoco. Muitas vezes, trabalhos dessa ordem acabam se utilizando de marcadores sociais da diferença como meras marcas de identificação, estabelecendo nenhuma ou quase nenhuma relação entre os sistemas de opressão que são por eles indexados, para pegar emprestada a noção de Michael Silverstein (2003, 2006), enfatizando o apontamento a repertórios múltiplos de sua indexicalidade semiótica. O perigo desse tipo de lapso é que anunciar marcadores sociais de diferença sem trabalhar com os sistemas de poder que precipitam pode significar que o trabalho não é, de fato, interseccional, mas apenas traz características físicas que serão muito provavelmente lidas dentro das formações ideológicas e discursivas da colonialidade. Além disso, o trabalho pode pressupor que esses marcadores operam em um esquema somatório de opressões e não da forma constitutiva e imbricada que molda sujeitos e relações, o que exige um trabalho muito mais apurado de investigação do que simplesmente agrupar pessoas com base em suas características.

Não é raro ver acadêmicos/as/es dos estudos críticos abrirem suas falas se autodesignando parte de grupos específicos, via de regra brancos, pois a academia ainda é muito branca, na crença de que estão interseccionalizando seu olhar ao explicar que vão *trabalhar com mulheres trans lésbicas negras, homens cis hetero indígenas*, etc., assumindo que essa fala por si só já traz o viés interseccional e automaticamente os/as/es credencia a “dar voz” (erro grave) ou a “ouvir” esses grupos lidos por eles/as mesmos/as/es como *marginalizados*. O mais complicado nisso, na realidade, é que como há uma institucionalização dos saberes produzidos, nesse caso, mais uma vez, grupos hegemônicos facilmente se apropriam de leituras de mundo enviesadas, de maneira ilegítima, em um processo de autoconcessão de autoridade pelo simples fato de listarem sua suposta procedência, geralmente branca, e a do grupo com quem trabalha, sem jamais precisar abordar as questões sociais atreladas a esses marcadores, como por exemplo a branquitude, o status cidadão da academia, os processos excludentes de escolaridade, a heteronormatividade, o neoliberalismo enquanto processo civilizatório, etc., que moldam as interações de pesquisa. Ainda que relacionalmente ocorra a introdução de uma leitura de mundo a partir da autodescrição da perspectiva de análise pela declaração de que se é *mulher cis hetero branca e acadêmica*, por exemplo, isso quer dizer nada ou muito pouco sobre a compreensão dos fenômenos sociais que podem ser traçados a partir do entendimento sobre o que significa ser branco/a/e e acadêmico/a/e em um contexto epistemológico marcado pela branquitude e pela ideologia do branqueamento (CARONE; BENTO et al, 2014, MULLER; CARDOSO et al, 2017). A impressão que fica é que, a partir dessa abertura, há um aval para que se aborde assuntos até então de certa forma interditados, pelo menos do ponto de vista da experiência, sem que necessariamente seja feito um processo de (auto)reflexão e (auto)crítica acerca

da indexicalidade sociossemiótica (SILVERSTEIN, 2003, 2006) dos sistemas de opressão ali envolvidos.

Outro ponto defendidos pela perspectiva interseccional é a priorização do *contexto social* no e com o qual trabalhamos (COLLINS; BILGE, 2016), o que é especialmente caro quando trabalhamos com discurso e linguagem, mais ainda, pois precisamos atentar para os (trans)contextos (FABRICIO, 2014) e os processos de (re)(des)(en)(con)textualização (BLOMMAERT, 2008, 2011) que irão moldar interacionalmente as realidades negociadas e os efeitos sociossemióticos, tanto semânticos quanto pragmáticos. Esse ponto, aliado à percepção acerca das *relações de poder*, à consciência e ao combate à *inequidade social* e à sua vocação por *justiça social* (COLLINS; BILGE, 2016), argumentam a favor da importância da *complexidade* para os estudos interseccionais, foco fundamental para qualquer empreitada de análise social.

Trabalhar com interseccionalidade é extremamente complexo porque relações sociais apresentam um alto grau de complexidade e a conjugação de saberes múltiplos, institucionalizados ou não, é sempre complexa. Isso exige muito dos/as/es analistas, ainda mais em Linguística Aplicada Crítica, pois os marcadores sociais de diferença devem ser analisados em conexão a outros, sempre na medida em que se mostram relevantes nos dados. Não há como saber *a priori* o que será acionado, por isso a necessidade de preparo constante: falar simultaneamente sobre raça, gênero, sexualidade, classe, e outros, compondo a luta por justiça social, como deve ser premissa desses trabalhos, irá exigir a conjugação de bagagem intelectual e vivências acerca de colonialidade, racismo, feminismo, heteronormatividade, neoliberalismo, etc.. Portanto, é preciso aliar sensibilidade e estudo para articular os sistemas considerados mais ou menos relevantes para a coerência argumentativa dos pontos levantados pela pesquisa e admitir que, em alguns ou muitos eixos, estamos relacionalmente em posição de privilégio. Isso, reforço, sempre mantendo-se em mente que os marcadores funcionam em referência à sua indexicalidade semiótica (SILVERSTEIN, 2003, 2006), apontando para repertórios culturais, políticos, ideológicos, e evitando reificar grupos sociais com base em suas características físicas ou culturais. Assim, não basta apenas acesso ao arcabouço teórico: é preciso nos letrar criticamente (MENEZES DE SOUZA; 2011) e, em um cenário em que o racismo é estrutural e estruturante (ALMEIDA, 2018), é preciso focar especialmente no próprio letramento racial crítico (FERREIRA, 2015), em um compromisso com processos pessoais de desaprendizagem (FABRICIO, 2006).

Nessa mesma lógica, com vieses similares, a epistemologia decolonial centra-se na luta contra a colonialidade, entendida como o efeito indelével do processo de colonização e da persistência das relações de poder hierárquicas que se institucionalizaram no e pelo colonialismo, que ainda se mantêm e definem cultura, trabalho, relações sociais e intersubjetivas, além da produção de

conhecimento (CURIEL, 2017). O poder onipresente da colonialidade reside na sua presença perene nos padrões culturais e estéticos que (re)produzimos ou resistimos, e em tudo o que compõe o nosso senso comum. Nesse contexto, trabalhar a partir de uma perspectiva decolonial implica lutar por uma nova construção de humanidade em sentido lato, levando-se em conta que tanto oprimidos quanto opressores despem-se de humanidade nos processos intersubjetivos de desumanização do Outro (CÉSAIRE, 1978, MBEMBE, 2018a, 2018b). Para tal, é preciso nos propor a repensar e redefinir os processos e parâmetros sociossemióticos que forjam pessoas mais ou menos humanas, em termos de práticas identitárias e sociais co-construídas interseccionalmente, padrão consonante com os estudos *queer*, adotando posicionamento que se contraponha às práticas modernas-coloniais-capitalistas (CURIEL, 2017). A centralidade da questão racial se torna um pressuposto básico da mirada decolonial porque o racismo é entendido como tecnologia do capitalismo e, portanto, estrutural e estruturante de nossa sociedade, atravessando as relações econômicas, sociais, culturais, ideológicas e subjetivas do neoliberalismo como processo civilizatório (BROWN, 2015). Esse é um ponto muito delicado, principalmente quando o foco é a clivagem gênero e sexualidade, uma vez que a lacuna da perspectiva racial, principalmente no contexto brasileiro de mestiçagem e mito da democracia racial (BENTO, 2002), acaba deixando escapar *insights* importantes acerca de fenômenos sociais que nos cercam. Desse modo, não racializar o olhar é um erro grave no processo de *queerificação* do saber exatamente porque permite que valores eurocêntricos brancos prevaleçam sobre outros modos de ser, estar, agir e sentir no mundo e com o mundo (BORGES, 2017a), comprometendo leituras e, em última instância, limitando significativamente entendimentos.

Dentro dessa lógica, a pesquisa precisa se configurar como prática antirracista, o que demanda questionar sempre o que é raça e quem é o sujeito racial – *spoiler alert*: todos nós, e que epistemologias são possíveis dentro e acerca da realidade dos sujeitos interpelados pelo racismo, seja em uma relação de vantagem ou opressão nos regimes da branquitude. É essencial pensar sobre quem pode e quem não pode falar e sobre o quê se pode ou não falar, do mesmo modo que devemos questionar quem é e quem não é ouvido e sobre o quê se tem interesse ou não em ouvir (KILOMBA 2013). E o que fica evidente quando aprofundamos nessa discussão, de fato, é que, seja como um sistema de opressão que opera interseccionalmente dentro de uma matriz de dominação (COLLINS; BILGE, 2016), seja como tecnologia do bio/necropoder (MBEMBE, 2018a, 2018b), o racismo age no mundo a serviço da branquitude, em meio à ficção da supremacia branca, fabulada a partir da invenção da raça e nenhuma produção de saberes institucionalizada está imune a ele. Ao contrário.

Desse modo, no processo de *queerificação* dos modos de pesquisar, a racialização do olhar pode elevar o patamar das pesquisas, o que pode ser feito dentro da ética feminista, decolonial e interseccional, e assim, necessariamente antirracista. Não há dúvidas de que é necessário pensar na

proposição de focos de pesquisa e projetos que podem lançar luz às pautas *queer*, mas é urgente que isso seja feito levando-se em consideração o caráter branco da academia e o racismo que perpassa as leituras do campo, de forma a mitigar seus efeitos nas leituras subversivas as quais almeja fazer.

3. INCONCLUSÕES: POR UMA (AUTO)REFLEXIVIDADE CRÍTICA QUEER

De uma maneira geral, acredito que os estudos da linguagem nos fornecem lentes poderosíssimas para buscarmos entender o mundo que nos cerca, base de toda empreitada epistemológica entendida por ciência, no sentido amplo do termo, intra e extra-muros. Isso significa necessariamente nos colocarmos como analistas conscientes que também conformamos zonas de contato, de proximidade e distância, entre diversos modos de ser, estar, agir e sentir no/com o mundo (Borges, 2017a). Se investigar a socioconstrução discursiva de fenômenos é a base de nossa atuação e nos compele a criar entendimentos acerca de como a linguagem em uso faz o que faz, entendendo-a com sociossemiose, deve-se fazer valer o acesso que temos àquilo que nos é observável dos fenômenos configurados nos níveis sociais macro da cultura, da ideologia, da economia e de tudo aquilo que conforma as relações sociais: as performances discursivas interacionalmente configuradas; o micro, onde a vida acontece.

Do ponto de vista *queer*, isso só nos tem serventia se nos ocupamos em desestabilizar as visões hegemônicas de mundo, que oprimem sujeitos e impedem a formação de uma nova ética, verdadeiramente humana, baseada no em-comum e em comunidade, como entendido por Mbembe (2018), hooks (2003, 2010) e tantos outros, outras e outres. Vale marcar que essa ética deriva da escapabilidade de sujeitos cujos corpos e processos de subjetivação de suas vidas menos vivíveis se traduzem bravamente em reexistências (LIMA, 2018), o que pode ser lido como um evidente processo de *queerificação*.

Nesse contexto, a interseccionalidade como prática investigativa e práxis nos ajuda, nos inclinndo a atentar para as estruturas rígidas que contingenciam, moldam e (re)produzem práticas identitárias, discursivas e sociais, no que tange aos domínios de poder estrutural, disciplinar, cultural e interpessoal, dentro da matriz de dominação (COLLINS; BILGE, 2016). Com um olhar que entenda o caráter relacional e complexo desses aspectos, podemos ampliar a nossa capacidade de apreensão dos fenômenos a fim de desenhar entendimentos mais substanciais sobre a realidade que nos cerca, para fins de subversão das práticas opressivas e reprodução das práticas de resistência e comunidade.

Aliando a perspectiva de situacionalidade das epistemologias feministas a essa lógica interseccional, nos permitimos olhar para o fenômeno a que nos atemos ao mesmo tempo em que buscamos entender as relações de poder que se encontram em jogo nas negociações de sentido que

atravessam o próprio trabalho, de forma sócio-historicamente situada, respeitando os contingenciamentos da própria produção. Isso é essencial para o campo, do ponto de vista ético, para uma atuação mais consciente e reflexiva ao longo de todo o processo (auto)crítico e (auto)reflexivo de investigação, dentro e fora da academia.

Por fim, o foco na decolonialidade do poder/ser/saber agrega a possibilidade de apurarmos as lentes com que enxergamos o imbricamento constitutivo das opressões interseccionais ao observarmos a relação micro/macro que se dá na materialidade discursiva das performances que analisamos. Trazendo as práticas sociais da modernidade-colonialidade-capitalismo (CURIEL, 2017) para o centro das questões relativas à produção de conhecimento e às relações humanas, uma vez que percebidas também como práxis, podemos nos propor a questionar tanto o fenômeno que investigamos quanto às nossas próprias práticas investigativas. Essas questões aparecem sempre em dobra, enviesadas social, cultural e ideologicamente em torno da centralidade da raça como expoente do racismo, entendido como tecnologia do necropoder na organização estrutural das relações em jogo na vida social.

Em suma, a mirada racial da decolonialidade, aliada ao viés antirracista dos estudos da interseccionalidade e à produção de saberes localizados das epistemologias feministas configuram um olhar triplamente qualificado que nos permite dar conta de uma produção epistemológica que seja de fato subversiva, desestabilizadora e, assim, *queer*. Aqui, reitero a importância de levarmos em consideração a performatividade afetiva do “sentir crítico” (BORGES, 2017a), de forma a trabalhar na micropolítica do nosso fazer acadêmico. Se já se tornou comum que nos campos progressistas dos estudos críticos não se fale mais em “dar voz”, me parece que o chavão “ouvir o outro” pode ser nossa próxima armadilha, caso não fiquemos atentos ao processo de escuta. Por isso, concluo reforçando que, principalmente no cenário institucional acadêmico, é preciso não só ouvir, mas “nos ouvir escutando” (MENEZES DE SOUZA, 2011), em processos contínuos de (auto)críticidade e (auto)reflexividade, que atentem para a questão racial, levando em consideração como somos atravessados pelo racismo e pela branquitude, *queermente* desestabilizando nossos modos de pesquisar por meio do sentir crítico (BORGES, 2017a, 2017b).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. *Racismo Estrutural*. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.
- ANZALDÚA, G. *Making Face / Making Soul Haciendo Caras. Creative and Critical Perspectives by Women of Color*. San Francisco: Aunt Lute, 1987.
- ALCOFF, L. The problem of speaking for others. *Cultural Critique*. no. 20 (Winter, 1991-1992), 2007.

- ALCOFF, L. Mignolo's Epistemology of Coloniality. *The New Centennial Review*, v. 7, n. 3, 2008.
- ALCOFF, L.; POTTER, E. *Feminist Epistemologies*. New York / London: Routledge, 1993.
- BAIROS, L. Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.
- BENTO, M. A. S. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BORGES, T. R. S. *Por um sentir crítico: um olhar feminista interseccional sobre a socioconstrução de identidades sociais de gênero, raça/etnia e classe de professoras de línguas (master's thesis)*. Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brazil, 2017a.
- BORGES, T. R. S. Pelo amadurecimento de um 'sentir crítico': entendendo a socioconstrução de identidade de uma professora negra e seus atravessamentos interseccionais. *Veredas*, v. 21, n. 2, p. 8-23, 2017b.
- BLOMMAERT, J. Context is / as critique. *Critique of Anthropology*, v. 21, n. 1, p. 13–32, 2008.
- BLOMMAERT, J. Language and Superdiversity. *Diversities*, v. 13, n. 2, 2011.
- BORBA, R. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 43, p. 4441-474, jul./dez. 2014.
- BROWN, W. *Undoing the demos*. MIT Press, 2015.
- BUTLER, J. Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory *Theatre Journal*, v. 40, n. 4, p. 519-531, Dec. 1988;
- BUTLER, J. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990.
- BUTLER, J. *Bodies that matter: on the discursive limits of 'sex'*. New York: Routledge, 1993.
- BUTLER, J. *Excitable Speech: A politics of the performative*. New York: Routledge, 1997.
- BUTLER, J. *Undoing Gender*. New York/London: Routledge, 2004.
- BUTLER, J. When gesture becomes event. *Theater Performance Philosophy – International Conference: Crossings and Transfers in Contemporary Anglo-American Thought. TPP2014 : Judith Butler*. Disponível em: <https://goo.gl/UUjwK0>
- CARONE, I.; BENTO, M. A. S. *Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre a branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.
- CARNEIRO, S. *A Construção do Outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese de Doutorado em Educação. Área da Filosofia da Educação. Universidade de São Paulo, SP, 2005.
- CÉSAIRE, A. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Sá da Costa, 1978.
- COLLINS, P. H. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 1990.
- COLLINS, P. H. *On Intellectual Activism*. Philadelphia: Temple University Press, 2013.
- COLLINS, P. H. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Revista Parágrafo*, p.6-17, 2017.
- COLLINS, P.; BILGE, S. *Intersectionality*. Cambridge: Polity Press, 2016.

- CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *The University of Chicago Legal Forum* 140, p. 139-167, 1989.
- CRENSHAW, K. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p.1241-1299, 1991.
- CRENSHAW, K. *The urgency of intersectionality*. TED Talk, 2016. Disponível: <http://tiny.cc/r1zqhz>
- CURIEL, O. *Feminismo Decolonial*. Práticas Políticas Transformadoras. Conferência, 2017. Disponível: <http://tiny.cc/f2zqhz>
- DAVIS, A. Y. *Women, race and class*. New York: Vintage books, 1983.
- DAVIS, A. Y. *Freedom is a constant struggle*. Chicago: Haymarket books, 2016.
- FABRICIO, B. Linguística Aplicada como espaço de “desaprendizagem”: redescrições em curso. In: MOITA LOPES, L. P. *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p.45-63.
- FABRICIO, B. Transcontextos educacionais: gêneros e sexualidades em trajetórias de socialização na escola. In: SILVA, D. N.; FERREIRA, D. M. M.; ALENCAR, C. N. (org.) *Nova Pragmática: Modos de Fazer*. São Paulo: Cortez Editora, 2014. p.145-189.
- FERREIRA, A. J. *Letramento racial crítico através de narrativas autobiográficas: com atividades reflexivas*. Ponta Grossa: Editora Estúdio Texto, 2015.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Tolerância*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GAL, S. Language, gender and power: an anthropological review. In: Hall e Bucholtz (ed.). *Gender articulated: socially constructed self*. New York: Routledge, 1995. p.169-182.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223-244, 1984.
- HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. Londres: Routledge, 1994.
- HARAWAY, D. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies*, v. 14, n. 3, p. 575-599, Autumn 1988.
- HARDING S. Rethinking Standpoint Epistemology: What Is “Strong Objectivity”? In: ALCOFF, L; POTTER, E. *Feminist Epistemologies*. New York / London: Routledge, 1993.
- hooks, b. *Ain't I a woman?* London: Pluto Press, 1982.
- HARDING S. *Feminist Theory from margin to center*. Boston: South End Press, 1984.
- HARDING S. *Teaching community*. NY/London: Routledge, 2003.
- HARDING S. *All about love*. NY/London: Routledge, 2010.
- KILOMBA, G. “Who can speak?” Facebook Official Page, 2013. Disponível em: <https://goo.gl/btTfQ9>

- KILOMBA, G. *O racismo é uma problemática branca*. Carta Capital, 2016. Disponível em: <http://tiny.cc/uf0qhz>
- LIMA, F. Sobre dores, saudades e (re)existências. *Dossiê: Raça, Interseccionalidade e Violência – Corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas*. v.04, n.02, 2018.
- LORDE, A. *Sister Outsider: Essays and Speeches*. New York: The Crossing Press, 1984.
- LYKKE, N. *Feminist studies: a guide to intersectional theory, methodology and writing*. Nova Iorque/ Londres: Routledge, 2010.
- MBEMBE, A. *A crítica da razão negra*. São Paulo: N-1 edições, 2018a.
- MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 edições, 2018b.
- MENEZES DE SOUZA, L. M. T. Para uma redefinição de letramento crítico: conflito e produção de significação. In: Maciel, R. F.; Araújo, V. A. (org.) *Formação de professores de Línguas: ampliando perspectivas*. Jundiaí: Paco Ed. 2011. p. 128-140.
- MOITA LOPES, L. P. *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.
- MOITA LOPES, L. P. *Linguística Aplicada na Modernidade recente*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- MOHANTY, C. T. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. *On Humanism and the University I: The Discourse of Humanism*, v. 12, n. 3 – v. 13, n. 1, 1984. pp.333-358.
- MILLER, I. K. Formação de Professores de línguas: da eficiência à reflexão crítica e ética. In: MOITA LOPES, L. P. (org.) *Linguística Aplicada na Modernidade recente*. São Paulo: Parábola, 2013. p .227-248.
- MULLER, T. M. P.; CARDOSO, L. (org.). *Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil*. Curitiba: Appris, 2017.
- PENNYCOOK, A. *Critical Applied Linguistics: a critical introduction*. London: Lawrence, 2001.
- PENNYCOOK, A. Critical Moments in a TESOL Practicum. In: NORTON, B.; TOOHEY, K. (ed.). *Critical Pedagogies and Language Learning*. Cambridge University Press, 2004. p.327-346.
- SOUSA SANTOS, B. MENESES, M. P. (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.
- SILVERSTEIN, M. Indexical Order and the Dialectics of Sociolinguistics. *Language and Communication*, n. 23, p.193-229, 2003.
- SILVERSTEIN, M. *Pragmatic Indexing M Silverstein*, The University of Chicago: Elsevier Ltd, 2006.
- WALSH, C. *Interculturalidad, Estado, Sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, Ediciones Abya-Yala, 2009.